

Heilborn ML (org.). *Família e sexualidade*. Maria Luíza Heilborn. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2004, 153 pp.

Ana Helena Rotta Soares
Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz

Família e sexualidade discute as múltiplas transformações ocorridas nas relações entre família e sexualidade durante as últimas décadas a partir da ótica socioantropológica. Assim sendo, os autores aproximam a sexualidade como um domínio da vida social vinculado à socialização e à aprendizagem de regras, roteiros e cenários culturais. Segundo a coordenadora do livro, Maria Luíza Heilborn, tais mudanças resultam do extenso processo pelo qual a conjugalidade se torna independente do espaço familiar, não limitando o exercício da atividade sexual à esfera matrimonial. Contudo, a família ainda ocupa um lugar chave na socialização das novas gerações no que diz respeito ao sexo. Devido aos movimentos feminista e homossexual, o cenário da sexualidade contemporânea se encontra mais simétrico, porém, não ocupa um lugar de liberação sexual já que os constrangimentos sociais relacionados à sexualidade foram tanto modificados quanto acomodados às antigas prescrições de gênero. A autora ressalta também que as mudanças na esfera da sexualidade são comumente designadas à modernização dos costumes sexuais, referidos a mulheres e homens e influenciados por fenômenos como o desenvolvimento de métodos contraceptivos hormonais nos anos 60 e a epidemia de HIV/Aids nos anos 80.

O livro divide-se em quatro capítulos, sendo os dois primeiros baseados em dados referentes ao material etnográfico oriundo da Pesquisa Gravada (Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil, 2002), que discutem família e sexualidade através da abordagem do tema da juventude e da socialização relativa à sexualidade durante este período da vida. No primeiro capítulo, “*Homem... já viu, né?*: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular”, Tânia Salem explora as representações sobre as sexualidades feminina e masculina e a relação entre gêneros de homens de classe popular. As singularidades discursivas encontradas nos depoimentos coletados indicam a complementaridade entre os gêneros, bem como alguns desencontros na equação descontrolado sexual masculino/controlado sexual feminino. A autora observou ainda que os homens entrevistados mostram-se mais dispostos a generalizar com base nas noções de homem e mulher, quando as mulheres de classe média tendem a reforçar as variações individuais. Foi observado também o tema da conjugalidade nos discursos referentes à categorização de mulheres percebidas como parceiras qualitativamente distintas. Por essa razão, a autora sugere que a complementaridade entre os gêneros na área da sexualidade repousa também em uma complementaridade atuada entre mulheres.

O segundo capítulo, “Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil”, traz a análise de Elia-

ne Reis Brandão acerca da socialização adolescente e juvenil através dos discursos de famílias de classe média do Rio de Janeiro que experimentaram um episódio de parentalidade de um dos filhos, sendo estes do sexo feminino ou masculino. A autora explora como a iniciação sexual e afetiva é experimentada e significada pelos jovens, além do vínculo decorrente da gravidez subsequente. Ainda, a autora nos traz que tal qual a iniciação sexual, o aprendizado e o domínio da contracepção na adolescência possuem um caráter processual no qual o conhecimento dos métodos não exclui a possibilidade de ocorrência da gravidez. Brandão considera a sexualidade um cenário privilegiado para o exercício gradual da autonomia juvenil e, assim sendo, os constrangimentos familiares se fazem presentes na expectativa dos pais acerca do engajamento dos filhos na construção de uma carreira profissional. Finalmente, o texto explora as negociações e regulação do exercício da sexualidade no interior da família.

No terceiro capítulo, “Homossexualidade e parentalidade: ecos de conjugação”, Anna Paula Uziel explora a reivindicação da homoparentalidade e as formas como são encaradas as famílias cujos pais são homossexuais. A autora discute o direito de adoção de crianças por casais homossexuais através das discussões sobre o tema nos Estados Unidos e França. No caso dos EUA, pesquisas demonstram a preocupação como o impacto dos pais sobre as crianças e o comportamento das mesmas. E mais, estudos refletem sobre o desenvolvimento intelectual, emocional, moral e principalmente psicossocial, referente à identidade de gênero da criança. Já o debate francês focaliza os riscos da constituição do casal do mesmo sexo em relação aos filhos, utilizando como eixo principal a ausência de reconhecimento da diferença entre os sexos. Uziel analisa os discursos de técnicos e operadores do direito da Vara da Infância e da Juventude na comarca do Rio de Janeiro e constata que mesmo aqueles que não tratam a homossexualidade como impedimento para a adoção não reconhecem o casal homossexual como entidade familiar, além de reproduzir o preconceito e estigma relacionado a homossexuais.

No capítulo quatro, “A nova normatização das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às expectativas íntimas”, Michel Bozon discute uma nova abordagem sobre as normas atuais sobre a sexualidade. Acerca de normas temporais, o autor discute uma extensão da vida sexual devido à reorganização das idades consideradas lícitas para a atividade sexual. Segundo o autor, a antiga preocupação ética de colocar o indivíduo em conformidade com um ideal absoluto foi substituída pelo esforço individual de se adaptar às situações e dar coerência a diferentes experiências, transformando a sexualidade em um instrumento de desabrochamento pessoal e social. Sendo assim, tal crescente individualização das trajetórias sexuais exige dos sujeitos um grande “trabalho sobre si” no sentido de estabelecer a coerência de suas experiências íntimas apesar da oscilação das referências pertinentes.

O livro estimula a discussão sobre a necessidade de rever os conceitos tradicionais acerca do campo



da família e da sexualidade podendo colaborar para a formulação de políticas públicas que levem em consideração os novos rearranjos familiares e de gênero. Percebe-se, a necessidade de conceituar a família não através de restritos parâmetros de universalidade, mas considerando a especificidade e a diversidade de contextos culturais, sociais e históricos, além da dinâmica singular de cada família. Desta maneira, o li-

vro se configura como uma referência no Brasil para profissionais de programas tais como o Programa de Saúde da Família (PSF) e campanhas direcionadas para a prevenção das DST/Aids, no que possibilita a reavaliação crítica acerca de valores, conceitos e novas práticas profissionais necessárias para o enfrentamento deste cenário de transformações.

Bosi MLM & Mercado FJ, organizadores. Pesquisa qualitativa de serviços de saúde. Maria Lúcia Magalhães Bosi & Francisco Javier Mercado. Editora Vozes, Petrópolis, 2004, 607p.

Everardo Duarte Nunes

Departamento de Medicina Preventiva e Social,
Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp

No momento em que ocorre um recrudescimento da pesquisa qualitativa e da avaliação de serviços de saúde, este livro apresenta uma dupla importância: primeiro porque retoma a relevância desse tipo de pesquisa e, segundo, porque situa a complexa questão da avaliação de serviços em um patamar conceitual de destaque para o campo da saúde pública e coletiva.

Para os profissionais que militam há mais tempo na área da saúde, é sobremaneira gratificante verificar como o tema da avaliação não sucumbiu aos ditames de uma visão conservadora e reducionista e pode retirar do passado algumas lições, ampliando o seu espectro de possibilidades teóricas e aplicadas.

Para mim, dentre as lembranças mais antigas deste campo, cito aquela que nos legou Avedis Donabedian (1919-2000), quando, nos anos 60 produziu um trabalho importante, intitulado *Evaluating the quality of medical care*. Sabem os estudiosos da avaliação que Donabedian continuaria a sua profícua carreira com os trabalhos dos anos 80 e 90, tratando do seu tema preferido – a qualidade do cuidado médico, quer seja apontando “os sete pilares” da avaliação, as relações com a epidemiologia, o custo e principalmente referenciando este tema em seus aspectos conceituais e epistemológicos, embora não isento de algumas críticas. Sabe-se, também, que a destacada contribuição deste autor foi especialmente de caráter teórico-conceitual ao situar a avaliação em seu triplice aspecto como estrutura, processo e resultado.

Hoje, diferente dos anos 60 e 70, quando não existiam tantas especializações temáticas na área da saúde pública (ainda não se usava o termo saúde coletiva), e as ciências sociais tomavam a dianteira sobre certos assuntos (a pesquisa avaliativa tem suas raízes nos Estados Unidos, nos anos 50, junto com as ciências sociais, época em que o interesse por esse tema era provocado pelas críticas aos serviços públicos e à ação social), há uma farta bibliografia sobre o assunto. Isto não significa que todos os assuntos corre-

latos à avaliação estejam resolvidos, que ao lado de outros, como o da subjetividade, passam a ser objeto de debates. Disto resulta a relevância deste trabalho.

Este livro traz para o leitor um alentado conjunto de capítulos que se distribuem de forma a dar uma visão bastante completa do tema. Mais ainda, associa ao tema a questão da pesquisa qualitativa, como acima enunciado e aqui repetido, pois é uma das marcas da originalidade das abordagens realizadas, não deixando de lado uma atualizada reflexão sobre essa intrincada questão metodológica.

Muitas são as questões suscitadas pelo livro. Como foi apontado em outros momentos, quando analisei a avaliação em saúde, considero importante tratar este tema como *campo de estudo sociológico* (os organizadores deste livro tomam como referência a noção de *campo* de Pierre Bourdieu, o que me parece extremamente oportuno), especialmente se considerarmos que *avaliação* não constitui um conceito ou uma categoria sociológica. De outro lado, a riqueza das abordagens trazidas pela revisão teórica e relato das experiências recoloca o pensar sobre a avaliação, no sentido que ela permite percursos que vão do indivíduo ao sistema, em termos das unidades de análise, como também da abordagem objetiva à subjetiva, ao centrar-se em indicadores com precisão objetiva ou nos valores que dimensionam a avaliação das práticas políticas e sociais. Em realidade, tudo pode ser objeto de avaliação e conceituá-la não é tão simples; alguns autores compilaram cerca de 20 diferentes definições do termo, mas ele adquire características especiais quando o seu objeto é a saúde, mais que isso, o sistema de saúde. Assim, a objetivação da avaliação pressupõe o sistema, e este, tomado como parte de outro campo – o das políticas públicas.

Todo este preâmbulo quer preparar o leitor para percorrer um trajeto que se abre com densos capítulos teóricos, de autores que se destacam no campo da avaliação tanto como investigação avaliativa, avaliação para decisão e avaliação para gestão. Uchimura, Bosi, Deslandes, Gomes, Tanaka, Melo, Mercado-Martinez, Infante, Abreu trouxeram em seus textos, na Parte I, como rotulam os organizadores do livro, *reflexões* que se estendem às questões teóricas e sobre o estado da arte da avaliação e da pesquisa qualitativa.

O resgate da subjetividade, que faltava nos trabalhos clássicos de avaliação, é tomado com destaque, acoplado ao fato de que não basta a quantificação para mensurar a qualidade e que a singularidade e as

